

CMG (RM1-FN) **Edson** de Oliveira
cffnedson2000@yahoo.com.br

CC (FN) Thiago **Ribeiro** de Jesus
thi_cfn@yahoo.com.br

Hipótese 7: o caso do Planejamento das Operações Futuras



CMG (RM1-FN) Edson serve atualmente no Comando do Desenvolvimento Doutrinário do Corpo de Fuzileiros Navais, como Chefe do Departamento de Divulgação. É oriundo da Escola Naval, realizou todos os cursos de carreira, sendo digno de destaque, o Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores (CEMOS) da EGN, em 2001, e o Curso de Política, Estratégia e Administração do Exército (CPEAEx) da ECEME, em 2010, como correspondente ao CPEM. Serviu no 3ºBtlInfFuzNav – Batalhão Paissandu –, como Oficial de Estado-Maior e Comandante de Companhia, Comandou o 2ºBtlInfFuzNav – Batalhão Humaitá – e o Grupamento de Fuzileiros Navais do Rio de Janeiro, comandou, também, o Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais no Haiti, 3º Contingente. Possui também, o MBA em Administração Pública Pela Fundação Getúlio.



O CC (FN) Ribeiro serve atualmente no Comando de Desenvolvimento Doutrinário do Corpo de Fuzileiros Navais, como assistente. É oriundo de Escola Naval, cursou o Curso de Aperfeiçoamento para Oficiais do Corpo de Fuzileiros Navais em 2012 e o Curso de Estado-Maior para Oficiais Intermediários da EGN em 2015, já tendo servido no 1º BtlInfFuzNav – Batalhão Riachuelo, como Oficial de Estado-Maior, Comandante de Cia e Comandante de Pelotão, no 11º Contingente do GptOpFuzNav Haiti, como Comandante de Pelotão, no Colégio Naval, como Comandante da 2ª Companhia de Alunos e no Grupo de Assessoramento Técnico de Fuzileiros Navais na Namíbia, como Oficial da Equipe do BtlInfFuzNav.

1. Introdução

Muitas vezes ouvimos falar de fatos pitorescos da nossa história os quais desconhecemos as origens e os porquês do ocorrido.

Certamente muitos já ouviram falar do “Sentinela do banco”. Para os não iniciados, trata-se de uma estória que a tradição conta em que um banco, no meio do pátio da unidade, havia sido pintado e, para que ninguém se sentasse nele enquanto a tinta secava, foi colocado um “naval” para cuidar do banco. Pois bem, os dias foram se sucedendo e sempre alguém substituíu o “naval” naquele posto até que o mesmo

entrou no detalhe de serviço diário. Muitos anos depois ninguém sabia a razão da existência daquele posto de serviço bizarro que ficava no meio do pátio interno sem uma função bem definida, sem atribuições. Evidentemente um dia alguém que sabia a motivação inicial do serviço lembrou as “razões primeiras das coisas” e o serviço foi abolido.

Relembramos esse “causo” para tentar expor a gênese da história desta experiência relevante e exitosa, o Caso da Hipótese 7, a qual consideramos relevante para o nosso desenvolvimento doutrinário e ilustra bem a necessidade do planejamento futuro dentro do Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais.

2. Marco doutrinário sobre o Planejamento das Operações Futuras

O Comandante, no decorrer de uma operação, para dar uma rápida resposta a algum problema militar futuro ainda não concretizado necessita reestruturar seu Estado-Maior de forma a continuar acompanhando as operações em curso e planejar as ações para esse futuro próximo. Para que isso ocorra, o Estado-Maior deve encontrar um meio para dividir seus esforços entre essas duas tarefas. Fruto dessa necessidade desenvolveu-se a doutrina do Planejamento das Operações Futuras.

No *United States Marine Corps* (USMC) essa doutrina está estabelecida em distintos manuais que pretendemos apresentar resumidamente como se segue.

A Seção de Operações – G-3 – de uma Força é responsável pela Célula de Operações Correntes e pela Célula de Operações Futuras. Esta última deve planejar as operações a serem realizadas em futuro próximo, considerando a missão em curso (ESTADOS UNIDOS, 2000, p. 3-24. tradução nossa).

A **Célula de Operações Correntes** é responsável por direcionar a execução das operações em curso, ou aquelas imediatas que o Comandante já decidiu executar. O pessoal das operações correntes administra o Centro de Operações de Combate (COC) da Força, a partir do qual monitoram as ações em curso e respondem às situações, conforme necessário. Realizam, assim, o Controle da Ação em Curso (ESTADOS UNIDOS, 2000, p. 3-24) (tradução nossa).

A **Célula de Operações Futuras** conduz o planejamento detalhado para as próximas fases de uma operação, aquele problema militar futuro ainda não concretizado. Estuda os desdobramentos e sincronizações com as operações correntes, verifica inclusive a possibilidade de mudanças de missão para a própria Força ou para as unidades subordinadas.

Essa célula é nucleada por pessoal dedicado, em tempo integral, da Seção de Operações, integrando uma equipe de planejamento operacional (*Operational Planning Teams* - OPT, sigla em inglês). Essa equipe deve agregar membros das seções G-1, G-2, G-3, G-4, G-5 e G-6. Pessoal de outras seções apropriadas se juntam, conforme o necessário. Representantes de unidades subordinadas também podem integrá-las, finalmente, especialistas completam esses grupos (ESTADOS UNIDOS, 2000, p. 3-24. tradução nossa).

Por sua vez, quando é relativamente certo que um plano desenvolvido na Seção de Planos – G-5¹ – será executado,

¹O G-5 auxilia o comandante em assuntos relacionados a estratégia e desenvolvimento de campanhas, planejamento de contingências e planejamento operacional de longo prazo. Também ajuda, dentre outras coisas, em questões de política, no envolvimento em planos de cooperação e relações de comando (ESTADOS UNIDOS, 2017, p. 36).

esses planos são passados para a Seção de Operações para revisão, detalhamento e desenvolvimentos adicionais em uma Ordem de Operações (ESTADOS UNIDOS, 2017, p. 9. tradução nossa). A **Célula de Operações Futuras**, sob o controle da Seção de Operações – G-3 – recebe esses planos para um execução em um futuro próximo. O centro de operações futuras² toma por base os planos do G-5 e usa-os para agregar algum detalhamento. Essa célula pode receber, também, demandas de planejamento do COC, quando estas excederem a sua capacidade de planejamento. Concentra-se nas missões subseqüentes e desenvolve planos e sincronizações decorrentes. Interage com a coleta de inteligência visando moldar a próxima batalha (ESTADOS UNIDOS, 2010, p. C-4. tradução nossa).

Essa célula tem as seguintes responsabilidades:

- Desenvolver planos decorrentes e refinar sincronizações;
- Fornecer orientação e supervisão às equipes do planejamento operacional;
- Coordenar ações com o G-5, com outro Apoios e Serviço;
- Desenvolver potenciais Elementos Essenciais de Informações e Conhecimentos Necessários;
- Moldar o espaço de batalha em conjunto com o coordenador de fogos do GptOpFuzNav;
- Rascunhar as Ordens de Operação; e
- Preparar as Ordens de transição das operações futuras para as correntes (ESTADOS UNIDOS, 2017, p. 9. tradução nossa).

No Brasil não há um detalhamento do “como fazer” para que o Estado-Maior divida seus esforços entre controlar as operações correntes e planejar operações futuras. Entretanto, há algumas pistas que podemos explorar para chegarmos a um *Modus Faciendi* do planejamento de operações futuras.

Inicialmente vemos no Manual do Ministério da Defesa, MD 30-M-01 – Doutrina de Operações Conjuntas – 1º Volume (no prelo) o seguinte:

5.3.6 O Chefe da Seção de Operações (D-3) possui as seguintes atribuições:

[...]

c) conduzir e coordenar o processo de planejamento conjunto, sendo o responsável pela consolidação e formalização do documento Exame de Situação Operacional;

[...]

²Instalação, sob controle do G-3, onde opera a Célula de Operações Futuras (ESTADOS UNIDOS, 2010, p. C-4).

e) realizar o estudo e preparo dos planos e ordens atinentes às operações do COp, com o apoio da seção de Planejamento, submetendo-os à apreciação do Ch EMCj, do Subcomandante, quando for o caso e do Comandante, para posterior autenticação e disseminação;

[...]

5.3.8 O Chefe da Seção de Planejamento (D-5) possui as seguintes atribuições:

[...]

b) propor ao Comandante o Estado Final Desejado Militar (EFD Mil) da operação, caso este não tenha sido claramente definido pelo escalão superior;

[...]

f) elaborar as matrizes de sincronização (rascunhos), durante o confronto (jogo da guerra), consolidando a Matriz de Sincronização da Operação até o final da etapa da Elaboração de Planos e Ordens;

[...]

i) acompanhar o desenvolvimento das operações correntes, utilizando a Matriz de Sincronização, e realizar o planejamento das operações futuras em tempo hábil, baseado em suas análises prospectivas e nas diretrizes do comando; [...] (BRASIL, no prelo, p. 47-49).

Também no Manual do Ministério da Defesa — MD 30-M-01 — Doutrina de Operações Conjuntas — 2º Volume, temos que:

2.4.3.9 Da análise de cada confronto, serão tiradas conclusões quanto a:

[...]

d) necessidade de ações de apoio;

[...]

g) identificação de Pontos Decisivos e ações alternativas;

[...]

i) vulnerabilidades ou inconsistências a serem corrigidas;

[...]

k) riscos e oportunidades em face da Psb I mais provável. (BRASIL, 2011, p. 39).

Segue dizendo que “serão denominadas como ‘operações correntes’ aquelas ações que se desenvolverão em um horizonte temporal de, normalmente, até 72 horas a partir do momento presente. Tais ações serão acompanhadas, controladas e sincronizadas pela Seção de Operações do EMCj”. E que a “Seção de Planejamento do EMCj acompanhará o de-

envolvimento das operações correntes com o propósito de planejar as chamadas ‘operações futuras’, ou seja, aquelas que deverão ocorrer, em princípio, a partir do horizonte temporal mínimo de 72 horas, conforme a evolução das fases da campanha” (BRASIL, 2011, p. 39).

A condução da campanha/operação ocorrerá diuturnamente e visa proporcionar, dentre outras coisas, “o acompanhamento de todas as operações correntes e as eventuais necessidades de alterações em operações futuras” (BRASIL, 2011, p. 59-60).

3. Interpretando a doutrina

A primeira preocupação ao estudarmos o Planejamento das Operação Futura é diferenciá-lo do Controle da Ação em Curso. Este último é parte das ações correntes e visa responder a alguma demanda na manobra em execução. Ao passo que o primeiro surge de alguma necessidade, mais além das operações correntes, visualizada pelo Comandante na fase do confronto no PPM, com possíveis empregos da força.

A ideia central do planejamento de operações futuras é que o Comandante, após o confronto, pode concluir por diversas situações em que a força deva agir e para as quais ele pretende estar preparado, ou então, para uma nova missão que ele receba do escalão superior a ser executada após a que está em curso. Então, ele fixa o resultado final de um determinado momento da operação, estipula os fatores da decisão resultantes desse primeiro passo e busca planejar baseado nestes fatores. Esse momento seguinte será a **Operação Futura**.

O Comandante imagina o resultado final de um passo, visualiza os fatores da decisão resultante e busca planejar uma ação futura segundo esses novos fatores visualizados.

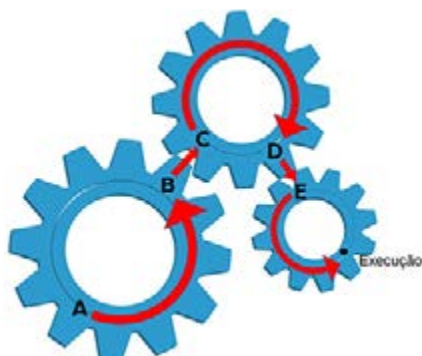
A questão que se plantea é estabelecer que futuro é esse. Como depreendemos do processo americano, são dois, o futuro próximo, que pode acontecer em poucos dias, e o futuro longínquo, que deve acontecer até que seja alcançado o Estado Final Desejado Militar. O Comandante deve verificar, em decorrência do confronto, que situações ele quer que ocorra e quais ele visualizou como possíveis de ocorrer. Pode haver mais de uma situação e para isso ele deve dispô-las e priorizá-las para que seu Estado-Maior trabalhe-as organizadamente. O Comandante pode delimitar esses “futuros previsíveis” a partir de eventos específicos da operação, ou da campanha, após um determinado tempo decorrido ou a partir de pontos específicos do

terreno em que essas circunstâncias poderiam se concretizar. Observe que na doutrina brasileira fica quase que estipulado uma moldura temporal de 72 horas, todavia, ela é flexibilizada, o que nos permite aceitar também os marcos de evento e pontos do terreno, ou pontos decisivos da operação.

Uma vez visualizadas essas situações, o Estado-Maior inicia um planejamento que visa dar solução ao problema militar futuro percebido pelo Comandante. Para isso o Estado-Maior deve constituir um elemento que o execute. Esse elemento é definido na doutrina estadunidense em duas situações, na Célula de Operações Futuras para o futuro próximo e na Seção de Planos (ou Planejamento) para o futuro longínquo. Entretanto, na doutrina brasileira tudo é responsabilidade da Seção de Planejamento – G-5.

Na nossa ótica o processo dentro do EM estadunidense, ao considerar que o planejamento da campanha “estabelecerá diretrizes para o planejamento e execução de operações (...), coordenadas no tempo e no espaço, de tal forma que permitam alcançar o estado final desejado militar” (BRASIL, 2011, p. 11) do Comandante Operacional, pode nos remeter à Figura 01, onde imaginamos um conjunto de engrenagens, em que a maior representa o Planejamento da Campanha, a engrenagem média representa as Operações Futuras e a engrenagem menor representa as Operações Correntes. Imaginamos que uma dessas operações (eventos), posicionado num tempo futuro, estaria no ponto A da engrenagem maior. Conforme o tempo passa, e a engrenagem gira, o evento chega ao ponto B, indicando que a operação específica, prevista no plano da campanha, deve ser preparada para a sua execução, contudo ainda não há uma definição do tempo exato em que deve ocorrer. Então, esse evento passa às operações futuras, engrenagem média, no ponto C. Nessa situação o evento deve agregar maior gama de informações e incorporar dados mais concretos já disponíveis. Passando o tempo, as engrenagens continuam girando e o evento chega ao ponto D. Nesse momento o evento já possui maior consistência no seu planejamento e passa para as operações correntes, engrenagem menor, no

Figura 1: Engrenagens do Tempo de Operações.



Fonte: Autor.

ponto E, caracterizando que o Comandante Operacional já decidiu hora e local em que o evento deve ocorrer. Nas Operações Correntes, o planejamento já executado em duas etapas ganha detalhamento final e passa a execução.

A vantagem proporcionada pelo Planejamento das Operações Futuras é dar **ritmo** ao combate, pois dá celeridade a reação da força diante da evolução de uma situação previsível. O comandante, tendo inferido um estado final de uma situação, faz girar o ciclo decisório mais rapidamente ao estudar os novos fatores da decisão. A Força não se detém para reorganizar e planejar sobre uma nova situação. Não há perda de tempo, a Força simplesmente passa a executar aquele novo plano que estará praticamente pronto.

Esses fatores são facilmente visualizados em uma campanha, uma vez que não há certeza sobre todos os fatores da decisão ao longo dela. Todavia, isso não é muito fácil de se perceber numa operação de mais curta duração, apesar de poder estar presente.

Um outro fator importante ao qual deve-se estar atento é o documento gerado, o planejamento de uma operação futura gera um plano de operação e não um plano de contingência decorrente de uma hipótese, ou premissa, básica³. Quando o Comandante decide por utilizar o plano gerado na célula, este será passado para as Operações Correntes para revisão e detalhamento e ser transformado em uma ordem de operação.

Caso as condições concretizadas não sejam as idealizadas no planejamento ou razoavelmente próximas delas, deve-se iniciar um novo planejamento. Porém, o simples fato de já ter havido um planejamento anterior, com levantamentos de informações e necessidades, isto por si só, economiza tempo na reação da Força, conferindo, ainda assim, **ritmo** às operações.

Após colocado em execução, quem passa a controlar as ações é a célula das operações corrente. Podendo, eventualmente, a célula de planejamento futuro receber demandas que excedam o horizonte planejado daquele elemento.

4. Organização

Só se visualiza a necessidade do Planejamento das Operações Futuras, em caráter formal, nos elementos de tropa acima de Unidade, por possuir uma estrutura de EM

³Hipótese (termo usado no PPM da MB) ou Premissa (termo usado no PPC do MD) Básica é uma suposição acerca da situação existente ou uma pressuposição sobre o futuro curso dos acontecimentos. A HB toma o lugar de um conhecimento indispensável (referente à própria Força ou ao Inimigo), mas que não está disponível no momento e é imprescindível para habilitar o Comandante a prosseguir no seu planejamento (BRASIL, 2006, p. 4-6) (BRASIL, 2011, p.17/228).

mais robusta. Dentro da Unidade o Comandante pode sentir a necessidade de planejar Operações Futuras visando dar respostas a possíveis situações e assim dar **ritmo** a sua ação, mas o normal é que esse planejamento formalizado não ocorra. Nessa situação o seu EM pode planejar sem constituir uma célula em separado, o EM pode fazê-lo segregando tempo, por exemplo.

Hoje, o CFN, em virtude de evitar-se alterações significativas numa estrutura já consagrada, optou por não organizar uma Seção de Planejamento – G-5 – como núcleo da Célula de Planejamento, tal estrutura poderá, quando necessário, ser estabelecida *ad hoc*. mesmo porque sempre será importante que os diferentes EM da FFE conservem a capacidade de se reorganizar e constituir células de Planejamento, de Operações Futuras e de Operações Correntes, conforme os fatores da decisão determinarem.

O responsável por decidir pela existência e a estrutura de cada uma dessas células é o Comandante, devendo apontar, nessa organização, qual deve ser o esforço principal dos seus planejadores. Sendo interessante que tal distribuição possa ser identificada na Organização por Tarefa.

O Chefe de Estado-Maior será o responsável em coordenar as ações, assessorando o Comandante no direcionamento das ações.

Essas células poderão ter tantos componentes quanto for necessário, entre militares especializados e até mesmo do escalão subordinado.

Ainda visando não haver perda de tempo na transição das ações, poderá ser disponibilizado um representante da Célula de Operações Correntes para a de Operações Futuras.

Cumprir salientar que a organização das diferentes células pode ser modificada, pois pode ser necessário reforçar uma célula que demande maior esforço de planejamento e a devida atenção do Comandante.

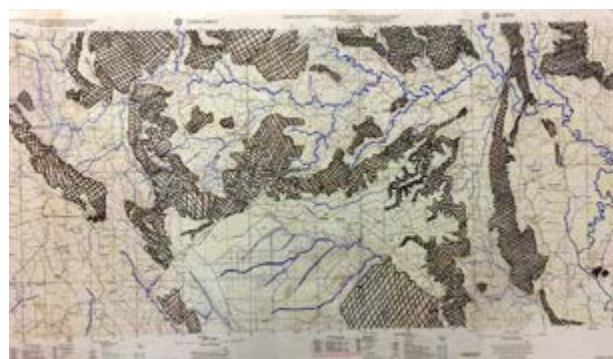
5. O caso da Hipótese 7

A história da Hipótese 7 teve lugar no exercício ADEST FER FFE-II – OPERAÇÃO FORMOSA – 2018, realizado em Formosa-GO, cujo propósito era adestrar as Unidades da FFE no planejamento de operações subsequentes de uma Operação Anfíbia e execução de Operações Terrestres de Caráter Naval no contexto de uma tema tático; manter o grau de prontificação das baterias de tiro da Artilharia; e realizar exercício de coordenação de apoio de fogo, com vistas a manutenção do grau de aprestamento da FFE. Como depreendemos desse propósito, uma das fases do exercício, constituiu-se de um

tema tático para exercitação dos comandos e tropas dos componentes de um Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais de valor BANf, inclusive com emprego de um BtlInfFuzNav(Ref) cumprindo eventos específicos.

Particularmente a Hipótese 7 foi um desses eventos específicos direcionado ao planejamento de ações futuras por parte de todos os Componentes do GptOpFuzNav, tendo sido apresentado ao Comando da BANf por meio de uma carta prego denominada “2ª EVOLUÇÃO DA 3ª SITUAÇÃO PARTICULAR PARA FORMOSA” (ADEST FER FFE-II, 2, 2018).

Figura 2: Carta Topográfica montada: Folhas CABECEIRAS e BURITIS.



Fonte: Ministério da Defesa, Exército Brasileiro, Diretoria de Serviço Geográfico.

Essa carta prego planteava uma situação em que o Comandante do escalão superior à BANf (Cmt da 5ªDE) visualizara diversas situações que poderiam ensejar alterações em seu plano inicial, por conseguinte, teria sido elaborada uma Ordem Preparatória nº 2, a qual apresentava todas as referidas situações, ou hipóteses de emprego numeradas, visando, desse modo, a que seus subordinados estivessem preparados para melhor enfrentar tais contingências. A referida ordem enunciaria como a sua sétima situação contingente, na qual havia uma demanda para um planejamento adicional pela BANf com vistas a esse possível emprego futuro. Esta viria a ser conhecida como “A Hipótese 7”.

A situação partiria da Cabeça de Praia já conquistada, com a DE já se projetando para fora dela, deslocando-se na direção da capital do país Amarelo (o inimigo). Caracterizado o término da OpAnf, a BANf, agora estaria sob o controle da 5ªDE e passaria a dar segurança na área de retaguarda desse grande comando.

A hipótese também incluiria o fato de que a população da região de FORMOSA teria sido diretamente atingida pelas ações militares para a conquista do Porto, cobrando ações na área de operações psicológicas e de assuntos civis.

Na hipótese levantada pelo Cmt da 5ªDE, a 1ªBdInf inimiga, cuja sede seria BELO HORIZONTE, teria recebido VtrOp

para tornar-se integralmente motorizada e estaria estacionada na localidade de MONTES CLAROS em condições de deslocar-se para oeste, incidindo sobre a retaguarda da DE.

A manobra visualizada pelo Cmt 5ªDE para fazer face a esta contingência determinava à BANf, além da SEGAR, as tarefas adicionais de impedir o avanço da 1ª BdaInFmTz inimiga para oeste da localidade de CABECEIRAS (Figura 2) e, simultaneamente, desenvolver operações psicológicas e de assuntos civis na região de Formosa, bem como contribuir com o esforço de ComSoc da DE.

Para emoldurar melhor o exercício, o Grupo de Observação e Assessoramento Doutrinário (GOAD) representaria o Comando da 5ª DE e suas tropas subordinadas para todas as interações necessárias. Ao Grupo de Controle (GRUCON) do exercício caberia receber e responder aos pedidos de inteligência gerados pelo GptOpFuzNav e seus componente subordinados.

Os objetivos de adestramento sugeridos foram: a organização e o trabalho do Comando e EM para acompanhar uma operação corrente e, em paralelo, o planejamento de possível operação futura; planejamento de operação defensiva; planejamento da SEGAR; estudo e debates sobre as ações psicológicas, de assuntos civis e de Comunicação Social (ComSoc) necessárias.

Figura 3: Comandante do CCT orientando a divisão de militares entre as células de operações corrente e Célula de Operações Futuras para asolução da Hipótese 7.



Fonte: CMG (FN) Valentini.

O planejamento transcorreu nos diferentes componentes do GpOpFuzNav com soluções consideradas de muito bom nível. Entretanto, a ausência de uma doutrina firmada e já praticada dentro do CFN ensejou diferentes soluções em termos de organização interna dos estados-maiores. Destaca-se a solução do CCT em que o comandante, logo após o recebimento da tarefa, fez uma reunião do seu Estado-Maior e

determinou a ativação de uma Célula de Operações Futuras com diversos elementos cuja tarefa seria a de se dedicar ao planejamento da Hipótese 7.

6. Conclusão

Apesar do fato de nós no CFN não termos uma doutrina formalmente consolidada em termos do Planejamento das Operações Futuras, tampouco da formação de células de planejamento específicas para seu atendimento, o exercício realizado em cima da “Hipótese 7” se mostrou de grande valia, tendo fomentado a iniciativa para pensarmos no assunto. A decisão de não constituir uma seção separada para planejar as operações futuras, sejam elas na moldura temporal que forem, no caso do CFN, pode ser minimizada, desde que as operações de Fuzileiros Navais ganhem o **Ritmo** que lhe são peculiares, para isso é mister adestrar os Estado-Maiores para que essa lacuna possa ser preenchida.

Este artigo buscou evidenciar, para o leitor, um tema importante e atual que deve ser incorporado à nossa doutrina, não sem antes suscitar as discussões que abordem novas interpretações das doutrinas conhecidas para concluirmos sobre um *Modus Faciendi* próprio dos Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil.

Referências

- ADEST FER FFE-II, 2, 2018, Formosa. **2ª Evolução da 3ª Situação Particular para Formosa**. Formosa, GO: CDDCFN, 2018. Documento reservado.
- BRASIL. Marinha. Estado-Maior da Armada. **EMA-331**: Manual de Planejamento – Volume I. Brasília, DF. 2006.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **MD 30-M-01**: Doutrina de Operações Conjuntas – 1º Volume. Brasília, DF. No Prelo.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **MD 30-M-01**: Doutrina de Operações Conjuntas – 2º Volume. Brasília, DF. 2011.
- ESTADOS UNIDOS. Marine Corps. **MCWP 3-40.1**: Marine Air-Ground Task Force Command And Control. Washington, DC. 2016.
- ESTADOS UNIDOS. Marine Corps. **MCWP 5-1**: Marine Corps Planning Process. Washington, DC. 2010.
- ESTADOS UNIDOS. Marine Corps. **MCWP 6-2**: Marine Air-Ground Task Force (MAGTF) Command and Control. Washington, DC. 2000.
- ESTADOS UNIDOS. Marine Corps. **MSTP Pamphlet 5-0.2**: Operational Planning Team Leader's Guide. Quantico, Virginia. 2017.
- ESTADOS UNIDOS. Marine Corps. **MSTP Pamphlet 6-0.1**: Command and Staff Action. Quantico, Virginia. 2015.